

PANORAMA CONJUNTURAL

Novembro de 2024
em Dezembro de 2024

Brasil pode crescer 3,5% em 2024

A análise das estimativas de crescimento do PIB brasileiro em 2024 sugere um desempenho econômico superior ao projetado no início do ano, com projeções revisadas de 1,6% para 3,5% (gráfico nº 1). Esse crescimento é impulsionado por fatores como o aumento do consumo das famílias, o avanço nos investimentos (FBCF) e uma recuperação pronunciada da indústria, indicando um cenário de maior confiança e dinamismo econômico.



O consumo das famílias, com previsão de crescimento de 5,3%, é um dos principais motores desse desempenho. Este resultado reflete melhorias no mercado de trabalho, condições mais favoráveis de crédito e políticas de transferência de renda. Esses fatores indicam um aumento do poder de compra e maior capacidade de consumo, essencial para impulsionar setores como comércio e serviços.

Os investimentos (FBCF), com crescimento estimado de 7,3%, sinalizam maior confiança dos investidores e uma resposta positiva aos programas governamentais, como o PAC e o Nova Indústria Brasil. Esses programas estão promovendo a modernização da infraestrutura, inclusive tecnológica, e o fortalecimento da capacidade produtiva e de competitividade nacional, criando um ambiente mais propício à expansão econômica de médio e longo prazo.

A indústria como um todo deve crescer 3,3%, com destaque para a recuperação da indústria de transformação (crescimento de 2,8%) e avanços no setor de construção (3,7%) e extrativa (3,1%). Os programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida, e os estímulos à produção industrial estão desempenhando papéis centrais na recuperação do setor, embora desafios ainda permaneçam, como oscilações na utilização da capacidade instalada e nas expectativas empresariais.

O mercado de trabalho reforça o cenário positivo, com a taxa de desemprego projetada para 6%, o menor nível da série histórica. Este indicador reflete o impacto das políticas públicas e do aumento da atividade econômica, consolidando a melhora no bem-estar social e nas condições de consumo.

No entanto, indicadores de confiança empresarial, como o ICEI, revelam sinais de moderação nas expectativas para o primeiro semestre de 2025. O Índice de Condições Atuais e o Índice de Expectativas recuaram em dezembro, indicando que os empresários avaliam a economia brasileira de forma mais cautelosa. Apesar disso, a intenção de investimentos industriais permanece elevada, o que pode mitigar os impactos de uma moderação no otimismo.

Em síntese, as perspectivas de crescimento econômico em 2024 são promissoras, mas enfrentam desafios relacionados à manutenção da confiança empresarial e à consistência das políticas de estímulo. O desempenho da economia dependerá de como os setores público e privado conseguirem alinhar esforços para sustentar o dinamismo observado até o final de 2024.

Banco Central eleva a selic para 12%aa

O mercado estima que a Selic permanecerá em 14,25% ao ano até meados de 2025. A aceleração no ritmo de ajuste da taxa ocorreu na última reunião do ano, quando se esperava um aumento de 50 pontos-base, mas o Banco Central optou por um ajuste de 75 pontos-base. A inflação acumulada nos últimos 12 meses, até novembro, superou o limite superior da banda de tolerância, fixado em 4,5%, registrando uma taxa de 4,8%. A inflação implícita nos papéis prefixados para 252 dias úteis subiu para 7,3%, pressionando o Banco Central a adotar uma postura mais restritiva, acelerando o ciclo de alta da Selic com o objetivo de trazer a inflação ao centro da meta, de 3% ao ano.

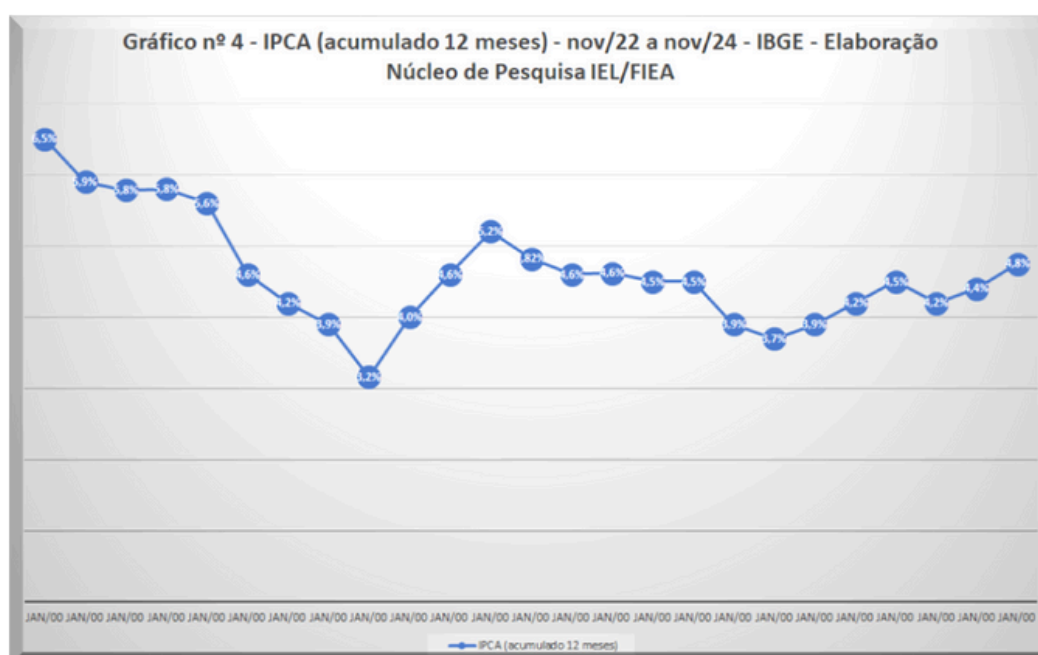
As expectativas de inflação para os próximos dois anos, de 4,6% e 4%, refletem certo exagero do mercado, decorrente de uma superestimação dos riscos fiscais e, via taxa de câmbio, dos impactos de um cenário internacional mais instável sobre as expectativas inflacionárias.

Na última reunião do Copom, o balanço de riscos apontou um cenário inflacionário mais adverso e assimetricamente altista. No cenário externo, persistem incertezas, com destaque para a resiliência econômica nos EUA, os impactos da política monetária do Fed e as pressões nos mercados de trabalho globais. No âmbito interno, o dinamismo da economia, impulsionado pelo consumo robusto e por políticas fiscais e creditícias expansionistas, tem mitigado parcialmente os efeitos da política monetária contracionista. Adicionalmente, a depreciação cambial e a desancoragem das expectativas de inflação agravaram o quadro, refletindo pressões inflacionárias em serviços e bens industrializados.

O Copom enfatizou a deterioração dos determinantes de curto e médio prazo da inflação e destacou como riscos de alta a persistência das expectativas desancoradas, a resiliência da inflação de serviços e os possíveis impactos inflacionários de políticas internas e externas. Como riscos de baixa, considerou uma desaceleração global mais acentuada ou efeitos mais fortes do aperto monetário internacional. Concluiu-se que o cenário exige maior cautela, reforçando a necessidade de políticas fiscal e monetária coordenadas e previsíveis.

No cenário atual, o governo tem se esforçado para cumprir o novo arcabouço fiscal dentro do intervalo de tolerância, o que tem sido reconhecido pelo mercado. Esse reconhecimento se reflete na revisão para baixo das expectativas em relação ao déficit primário como proporção do PIB, de -0,8% para -0,5%. Contudo, a instabilidade externa exige atenção, especialmente em relação à atuação do Banco Central no mercado de câmbio, para evitar uma escalada da taxa de câmbio que possa desencadear choques nos preços das commodities, já pressionados pelo contexto geopolítico de conflitos armados.

Além disso, a manutenção da Selic em 14,25% ao ano até 2025 implicaria uma taxa real de juros próxima de dois dígitos, significativamente superior à considerada suficiente pelo mercado para ancorar a inflação na meta de 3% ao ano, estimada em 4,5%. Esse nível de juros também é mais de três vezes maior que a taxa de crescimento econômico projetada para o Brasil no próximo ano, ressaltando o desafio de equilibrar a política monetária com as necessidades de estímulo ao crescimento econômico.



A produção industrial brasileira em outubro de 2024

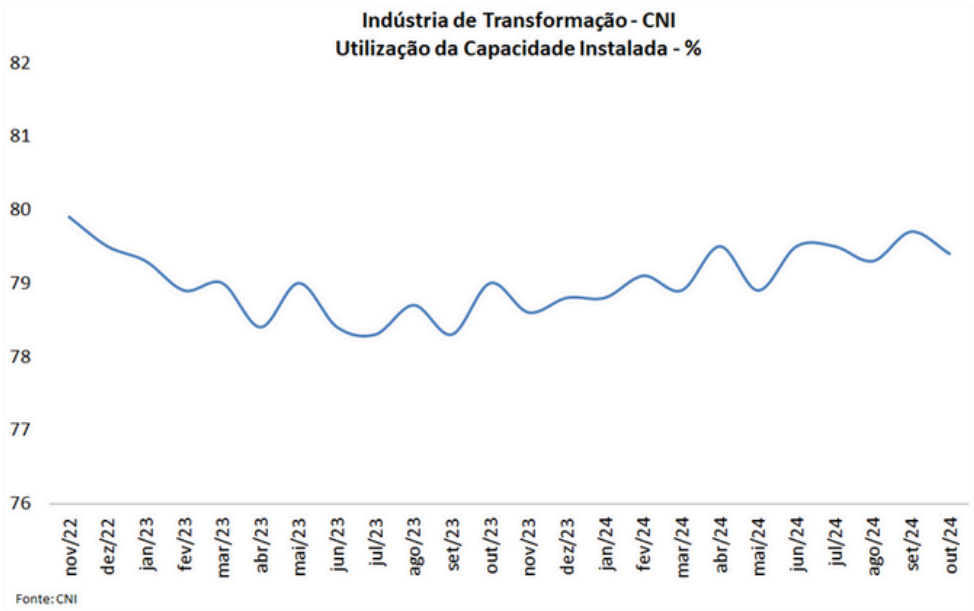
Em outubro de 2024, a produção industrial brasileira apresentou leve recuo de -0,2% em relação a setembro, interrompendo dois meses de expansão, mas com impacto limitado a poucos setores, como biocombustíveis e bebidas. Apesar dessa queda, houve avanço em 76% dos ramos acompanhados pelo IBGE, com destaque para vestuário, veículos e máquinas elétricas. Macro setores como bens de consumo duráveis (+4,4%) e bens de capital (+1,6%) lideraram o crescimento, mantendo a trajetória de aceleração registrada ao longo do segundo semestre, com taxas expressivas no acumulado de julho a outubro (+15,3% e +19,6%, respectivamente). Entretanto, sinais de acomodação começaram a surgir, com aumento de estoques acima do planejado e indicadores de confiança industrial permanecendo em níveis de pessimismo.[1]

Variações da Produção Industrial - Outubro 2024 - %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,2	5,8	3,4	3,0
Bens de capital	1,6	15,3	8,3	4,0
Bens intermediários	0,4	5,0	2,6	2,7
Bens de consumo	-0,7	6,2	4,3	3,6
Bens de consumo duráveis	4,4	19,6	9,8	7,3
Semiduráveis e não duráveis	-0,7	4,2	3,4	3,1
Extrativa Mineral	-0,2	-2,0	1,3	3,7
Transformação	0,1	7,2	3,8	2,9

Fonte: IBGE.

Conforme dados da CNI, a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação apresentou leve queda entre setembro e outubro de 2024, passando de 79,7% para 79,4% na série com ajuste sazonal. Já em relação a outubro de 2023, o indicador manteve-se praticamente estável, com aumento de apenas +0,1 ponto percentual.



[1]IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de Preço (%)	2023		2024										
	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
IGP-DI	0,50	0,64	-0,27	-0,41	-0,30	0,72	0,87	0,50	0,83	0,12	1,03	1,54	1,18
INCC-DI	0,07	0,31	0,27	0,13	0,28	0,52	0,86	0,71	0,72	0,70	0,58	0,68	0,40
IGP-M	0,59	0,74	0,07	-0,52	-0,47	0,31	0,89	0,81	0,61	0,29	0,62	1,52	1,30
IPC-M	0,42	0,14	0,59	0,53	0,29	0,32	0,44	0,46	0,30	0,09	0,33	0,42	0,07
IPA-M	0,71	0,97	-0,09	-0,90	-0,77	0,29	1,06	0,89	0,68	0,29	0,70	1,94	1,74
INCC-M	0,10	0,26	0,23	0,20	0,24	0,41	0,59	0,93	0,69	0,64	0,61	0,67	0,44
IPC-FIPE	0,43	0,38	0,46	0,46	0,26	0,33	0,09	0,26	0,06	0,18	0,18	0,80	1,17
INPC	0,10	0,55	0,57	0,81	0,19	0,37	0,46	0,25	0,26	-0,14	0,48	0,61	0,33
IPCA	0,28	0,56	0,42	0,83	0,16	0,38	0,46	0,21	0,38	-0,02	0,44	0,56	0,39

Fonte: Ipeadata e Bacen.

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
nov/23	3,90	79,50	2 038,46
dez/23	4,18	80,72	2 050,11
jan/24	4,32	82,49	2 052,73
fev/24	4,24	83,83	2 053,83
mar/24	4,63	87,87	2 293,51
abr/24	4,50	80,33	2 332,27
mai/24	4,27	85,36	2 326,51
jun/24	4,34	81,44	2 329,48
jul/24	3,82	77,02	2 424,01
ago/24	3,76	72,95	2 580,52
set/24	4,21	74,14	2 674,35
out/24	4,28	72,65	2 699,11
nov/24	4,53	73,05	2 629,95

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)/ (FED)

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período RS/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
nov/23	4,94	10,41	3,93	6,23	4,68	12,15	7,14
dez/23	4,84	10,05	3,80	6,02	4,62	11,65	6,72
jan/24	4,95	9,91	3,70	5,99	4,51	11,65	6,83
fev/24	4,98	9,89	3,45	6,23	4,50	11,15	6,36
mar/24	5,00	9,85	3,55	6,08	3,93	11,15	6,95
abr/24	5,17	10,39	3,64	6,51	3,69	10,65	6,71
mai/24	5,24	10,56	3,63	6,69	3,93	10,40	6,23
jun/24	5,56	11,18	3,60	7,32	4,23	10,40	5,92
jul/24	5,66	11,38	3,71	7,40	4,50	10,40	5,65
ago/24	5,66	11,74	3,87	7,58	4,24	10,40	5,91
set/24	5,45	12,17	3,95	7,91	4,42	10,40	5,73
out/24	5,78	12,67	4,33	7,99	4,76	10,65	5,62
nov/24	6,05	13,85	4,69	8,75		11,15	11,15

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE:

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE:

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO:

Walter Luiz Juca Sá

COORDENADOR UNIDADE TÉCNICA

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

DIRETOR REGIONAL:

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE:

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

COORDENADORA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES:

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

ANALISTAS:

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

ESTAGIÁRIOS:

Marya Rita Melquiades Pereira

Welde Messias Vieira da Silva

DESIGN/LAYOUT:

Yasmin Nayara de Araújo Costa

Novembro de 2024
em Dezembro de 2024